

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Veio a público que existem empresas que obrigam trabalhadoras ao compromisso de não engravidarem.

Por exemplo, o jornal “Público” no dia 18 de Junho de 2014 noticiava o seguinte: **“Há empresas que estão a obrigar as suas funcionárias a assinar por escrito o compromisso de que não vão engravidar nos próximos cinco anos. A denúncia foi feita por Joaquim Azevedo, o líder da comissão multidisciplinar que o PSD encarregou de apresentar um plano de promoção da natalidade e cujas propostas deverão ser conhecidas no final deste mês. O professor universitário da Católica não revelou, no entanto, o nome de nenhuma das empresas que praticam este ilícito.**

“É preciso criar condições aos empresários para que aqueles pelo menos se vão consciencializando que isto [promoção da natalidade] é importante e, sobretudo, para que os outros não coloquem obstáculos de monta, nomeadamente obrigando mulheres a assinar declarações de que não vão engravidar nos próximos cinco ou seis anos”, denunciou Joaquim Azevedo, numa entrevista à Antena 1.”

Mais recentemente a situação foi sublinhada e reafirmada, o que mostra que as afirmações iniciais não foram meramente acidentais ou ocasionais.

Com efeito, em 3 de Julho de 2014, o mesmo jornal noticiava:

“Na terça-feira à noite, em entrevista à Renascença, Joaquim Azevedo reiterou ter conhecimento de tais práticas, especificando serem muitas as queixas que lhe chegam de mulheres que são forçadas a assinar tal compromisso. A poucos dias de apresentar o pacote de propostas que visam incrementar a natalidade, o líder da comissão falou também de casos de “despedimento quase imediato das mulheres que estão em situação mais precária em termos contratuais, uma vez verificada a evidência de que estão grávidas.”

Ora, estamos perante o relato de situações totalmente inaceitáveis e ilegais.

É imperioso que o Governo aja perante casos destes.

E que obtenha resultados efetivos na repressão e supressão de situações dessas na Sociedade Portuguesa.

O facto de aquelas denúncias provirem de um elemento ligado a um Partido do Governo coloca este em muito sérias responsabilidades perante o assunto.

Assim, perguntamos ao Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o seguinte:

1. Que ações, em concreto, desenvolveu o Governo face às afirmações

vindas a público de que há mulheres trabalhadoras coagidas a não engravidar?

2. De que dados dispõe o Governo sobre a ocorrência dessas situações?

3. Foi o denunciante instado a revelar as situações que conhece? Com que resultado?

4. Considera o Governo desenvolver novas políticas para atacar a ocorrência de situações como as descritas acima?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 23 de Julho de 2014

Deputado(a)s

LUÍS PITA AMEIXA(PS)

ELZA PAIS(PS)

MARIA DE BELÉM ROSEIRA(PS)

JORGE LACÃO(PS)

NUNO SÁ(PS)